

## Contra o 0%, paralisação no dia 20/5, com Ato em Campinas

*Assembléias em S. Paulo, Piracicaba, Ribeirão Preto e Pirassununga aprovam Paralisação na quinta-feira, 20/5, com manifestação de protesto em Campinas*

Faça à proposta do Cruesp de 0% de reajuste na data-base, que mais uma vez caracteriza o financiamento da universidade pelo arrocho de salários, foi aprovada na Assembléia da Adusp de 11/5 a proposta do Fórum das Seis que consiste em:

- ◆ Paralisação das atividades acadêmicas na quinta-feira, 20/5, com Ato em Campinas para acompanhar a nova rodada de negociação com o Cruesp;

- ◆ Assembléia na terça-feira, 25/5, para avaliar a nova proposta do Cruesp e discussão da deflagração de greve.

É importante registrar que devemos tomar providências enérgicas contra o descaso e a violência do governo Alekmin com a educação e os serviços públicos em geral. Enquanto a sonegação, a evasão e a renúncia fiscal aprofundam-se no Estado de São Paulo, o governo Alekmin promove uma agressão selvagem aos estudantes da Fatec, tratados com cacetetes e balas de borra-



PM ataca estudantes da Fatec, durante manifestação pacífica na Av. Tiradentes (leia mais na p. 2)

cha — como no tempo da ditadura militar — durante manifestação pacífica e legítima em defesa do Centro Paula Souza.

### Outras decisões

A Assembléia da Adusp em São Paulo também aprovou as seguintes propostas, a serem encaminhadas à reunião do Fórum das Seis a ser realizada no dia 14/5 às 10

horas, na sede da Adunesp central, na Praça da Sé:

Propor ao Cruesp, no dia 20/5, dividir o reajuste de 16% em duas parcelas: a primeira, de 9,41%, paga imediatamente, para recuperar o poder aquisitivo de Maio/2001 (Dieese), e os restantes 6% a serem pagos com o acompanhamento da evolução do ICMS. Esta proposta tem a finalidade

de mostrar nossa disposição de negociação, sem abrir mão da recuperação salarial que só potencializa a privatização da universidade, o aumento da influência perniciosa das fundações privadas e o comprometimento do ensino, da pesquisa, da extensão e das nossas condições de vida;

Propor na Assembléia Legislativa uma CPI da sonega-

### Calendário de Mobilização

**18/5, terça:**  
Assembléia da Adusp, 17 horas no Anfiteatro Abrahão de Moraes, no IF

**20/5, quinta:**  
Paralisação, com participação no Ato em Campinas durante a rodada de negociação com o Cruesp

**25/5, quinta:**  
Assembléia da Adusp para avaliação da proposta do Cruesp e discussão da deflagração de greve, no Anfiteatro Abrahão de Moraes, no IF

ção, evasão e renúncia fiscal do governo Alekmin;

Luta na LDO e na Assembléia Legislativa pelo aumento da dotação orçamentária das universidades estaduais paulistas;

Carta aos estudantes, explicando a importância da luta em defesa dos salários e do aumento da dotação orçamentária das universidades estaduais paulistas.

## Assembléia Geral da Adusp

3ª feira, 18/5, às 17 horas, no Anfiteatro Abrahão de Moraes, Instituto de Física

Pauta : 1) Organização da Paralisação e do Ato do dia 20/5

2) Fundações

3) USP Zona Leste: informe do CO e discussão de providências políticas

# Estudantes da Fatec-SP são agredidos pela PM durante manifestação

A Polícia Militar reagiu com violência aos protestos realizados pelos estudantes da Fatec-SP no dia 10/5 — data prevista para a retomada das aulas nas Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs), após quase três meses em greve. Os manifestantes haviam bloqueado parte da avenida Tiradentes e, para desobstruí-la, a PM disparou balas de borracha, atirou bombas de gás lacrimogêneo e agrediu alunos e alguns professores que estavam no local.

De acordo com os estudantes, cerca de 500 pessoas participaram do ato, das quais mais de 20 ficaram feridas. “Era uma manifestação pacífica para denunciar o que está acontecendo com as Fatecs”, protesta o aluno Edson Nagamine, diretor do Centro Acadêmico XXIII de abril, da Fatec-SP. “Agora o CA vai entrar com uma ação, porque o que aconteceu é inaceitável. Faltou habilidade à pessoa que estava no comando da ação da PM para contornar a situação sem ter que apelar para a violência”, completa.

O professor Celso Couto Júnior, membro da Comissão de Negociação da Associação dos Docentes das Fatec (Adfatec), julga “extremamente truculenta” a ação da Polícia Militar. “Nem no tempo da ditadura mais ferrenha eu tinha visto algo parecido”, declara.

Comunicado de repúdio à violência, assinado pela direção da Fatec-SP, chefes de departamento, Adfatec e professores, considera que “a ação policial atingiu, também moralmente, a comunidade fatecana, repondo em circulação práticas execráveis dos anos tre-



Fotos: Agência Estado



vosos da ditadura militar, incompatível com o estado de direito e com uma sociedade democrática”. O documento exige do Governo do Estado “a apuração da responsabilidade por esses lamentáveis acontecimentos e a adoção das medidas legais necessárias”.

## Estudantes em greve

Os estudantes, diferentemente dos professores e funcionários, optaram pela continuidade da greve, reivindicando mais verbas para os laboratórios (cujos equipamentos estão obsoletos), aumento da dotação orçamentária do Centro

Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (Ceeleps) para 2,1% do ICMS, e eleições diretas e paritárias para a escolha do Superintendente. Apóiam, ainda, a reivindicação de docentes e demais funcionários do Ceeleps, de reajuste salarial de 72,22%, para repor as

perdas acumuladas desde 1996.

No dia 13/5, os estudantes realizaram um ato em frente à Secretaria de Ciência e Tecnologia, onde protocolaram documento com suas reivindicações e agendaram uma reunião com o secretário João Carlos de Souza Meirelles para a próxima semana. Até lá, manterão a greve.

## Negociação

Os docentes e funcionários das ETEs e Fatecs haviam decidido, em assembléia no dia 6/5, pela suspensão da greve como forma de atender à condição imposta pelo governo para dar início às negociações.

No dia 10/5 as entidades representativas das duas categorias se reuniram com a administração do Ceeleps e com o secretário João Carlos de Souza Meirelles, que garantiu a realização de vestibular e vestibulinhos nas unidades, o pagamento dos dias parados mediante a apresentação de um termo de compromisso de reposição das aulas, e reafirmou a condição de graduação dos cursos ministrados pelas Fatecs.

Quanto à principal reivindicação das entidades, a de reajuste salarial de 72,22%, o secretário propôs que, tão logo o governo dispusesse dos dados oficiais da arrecadação quadrimestral, fosse realizada uma nova reunião para tratar especificamente deste tema. Os professores aguardam com otimismo a negociação: “Temos expectativa de conseguir o reajuste mesmo que parcelado, embora eu particularmente acredite que o governo possa nos pagar de uma vez só”, diz o professor Couto.

# Prazo para requerer licença-prêmio em dinheiro termina em 20 de maio

Como noticiado no *Informativo Adusp* 160 e em nossa página eletrônica, o docente que quiser pleitear, em pecúnia, as licenças-prêmio devidas até 1999, deverá protocolar até 20/5 um pedido na seção de pessoal de sua unidade. Um formulário sugerido está na página [www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br).

Caso o colega tenha dificuldade de explicitar os períodos a que as licenças correspondem, basta protocolar um pedido genérico pleiteando o recebimento em pecúnia das licenças devidas até 1999. É importante mencionar que o mais provável é que a universidade não conceda voluntariamente esses benefícios. No entanto, aqueles que tiverem

protocolado o pedido até 20/5 estarão em condições de ingressar com ação judicial, caso a USP não atenda à solicitação.

É importante salientar que ações desse tipo já foram julgadas, algumas em favor do servidor e outras não. Mas após a decisão do Supremo Tribunal Federal, em fevereiro deste ano, acatando

apenas parcialmente a ação de inconstitucionalidade movida pelo governo Alekmin contra a disposição transitória da Lei Complementar nº 857, as chances de sucesso nesta ação aumentaram significativamente.

Havendo necessidade de se apelar à justiça, a Adusp organizará as ações. Detalhes na página [www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br).

## Revista do Andes analisa o Governo Lula

“A educação pública em perigo”, eis o tema da *Revista Adusp* 32, publicação quadrimestral da entidade que traz, na primeira edição de 2004, uma entrevista com o ministro Tarso Genro. Ele fala das prioridades do MEC neste governo: a reforma universitária, o Fundeb e o enfrentamento do analfabetismo. E procura defender programas como o “Universidade para Todos”.

A reforma universitária, as questões relativas à avaliação e certificação de professores, o financiamento da educação e o PEE-SP são temas abordados em diferentes artigos desta edição.

Outra publicação disponível na Adusp é a revista do Andes-SN, *Universidade e Sociedade* 32, que traz uma ampla análise do primeiro ano do governo Lula, além de um ensaio fotográfico com momentos significativos do período. Na seção “Debates Contemporâneos”, há artigos sobre a América Latina, descentralização e democratização da gestão pública, mídia e serviços públicos no Brasil, entre outros. A revista está sendo vendida para sócios na sede da Adusp, por 15 reais.

## Congregação da Politécnica manda Mecatrônica recontratar professor desligado por perseguição

A Congregação da Escola Politécnica da USP decidiu, por 27 votos a 25, com 9 abstenções, que o professor Heber Ferreira Franco de Castro deve ser recontratado pelo Departamento de Engenharia Mecatrônica e de Sistemas Mecânicos (PMR), do qual foi desligado em 2/4/03, vítima de um processo de perseguição (*Informativo Adusp* 150). A decisão da Congregação, inédita na história da unidade, foi tomada na reunião realizada em 25/3/04, quase um ano após o PMR resolver que não prorrogaria o contrato do professor, que tinha, à época, 15 anos de trabalho na USP.

O professor Heber havia recorrido ao Conselho Universitário (CO), em 22/10/03, contra uma decisão anterior da Congregação, de 16/10/03, que referendara a decisão do PMR por 44 votos a 24, com 7 abstenções. Acionada, a Consultoria Jurídica da USP devolveu à Poli o recurso apresentado ao CO, e a Congregação, em reunião realizada em 11/12/2003, decidiu encaminhá-lo ao PMR.

O Conselho Departamental do PMR indeferiu o recurso, em 3/3/04. “Em vista disso, recorri novamente à Congregação. Finalmente, o recurso foi aceito e a minha recontração foi efetuada”, explica o professor Heber.

### Debate na Congregação

O debate foi intenso na reunião da Congregação. O professor Heber foi convidado pelo diretor da Poli, professor Vahan Agopyan, a apresentar suas considerações sobre o caso e responder a perguntas dos membros da Congregação. “Quando este assunto foi levado pela primeira vez à Congregação, havia muita desinformação sobre minha atuação como docente dentro do PMR”, relata o professor. “Foram passadas informações falsas aos membros da Congregação, por exemplo: que eu não dava aulas no departamento, que eu não tinha publicado artigos etc”.

Por ocasião do segundo recurso à Congregação, em março de 2004, ele fez o que chama de “peregrina-

ção”, visitando todos os membros daquele colegiado. “Procurei informar corretamente os membros da Congregação, esclarecendo suas dúvidas. Nesta oportunidade, divulguei um documento que fazia um histórico do meu processo dentro da USP e que relatava a minha defesa em relação ao parecer preparado pela comissão que analisou o meu recurso no PMR”.

Na sessão de 25/3/04, o professor Heber teve pela primeira vez a oportunidade de se defender: “Até então, não tinha tido direito de defesa dentro da Poli. Pude elucidar fatos e esclarecer dúvidas dos membros da Congregação. Do acalorado debate de idéias e opiniões, resultou a decisão final favorável à prorrogação do meu contrato. A Poli deu um passo à frente e cresceu como instituição, quebrando uma tradição que em nada dignificava esta prestigiosa escola, pois a Congregação não pode ser mais uma ‘casa’ para carimbar decisões, muitas vezes injustas, dos departamentos”.

## CO discutirá USP-Zona Leste

No dia 18/5 haverá reunião especial do CO da USP para discutir a questão da instalação da USP-Zona Leste. É necessário ficarmos atentos às propostas acadêmicas que balizarão o estabelecimento do campus na zona leste, garantindo instalações adequadas, qualidade dos cursos e a manutenção do tripé ensino, pesquisa e extensão. Além disso, conforme decisão recente do CO, as contratações deverão ser feitas por concurso público, sendo portanto importante considerar as dificuldades impostas neste sentido pelo ano eleitoral.

### Desculpa

De modo algum podemos aceitar que as eleições municipais sejam utilizadas como desculpa para contratações precárias no campus da Zona Leste. Na Assembléia do dia 18/5 teremos informes sobre o desenrolar do CO e poderemos discutir ações que contribuam para o aprimoramento do processo de expansão da universidade pública em São Paulo.

# Movimento em favor da educação pública e gratuita mostra vitalidade no 5º Coned

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) promoveu, entre os dias 2 e 5 de maio de 2004, o 5º Congresso Nacional de Educação (Coned). Cerca de 2.700 participantes, representantes de entidades acadêmicas, científicas, estudantis, profissionais, sindicais e movimentos sociais e populares, além de professores e estudantes, em especial da região nordeste, debateram tanto o diagnóstico quanto as perspectivas da Educação Nacional, em todos os níveis e modalidades de ensino.

O 5º Coned foi precedido por Seminários Preparatórios que aconteceram em 10 estados, abordando quatro eixos temáticos: Organização e Avaliação da Educação Nacional; Gestão Democrática da Educação; Financiamento da Educação; e Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação. As atividades do 5º Coned foram organizadas de modo a permitir um efetivo aprofundamento da discussão, partindo de mesas redondas, depoimentos, oficinas e posters, para plenárias temáticas, que trataram cada um dos quatro eixos e finalizando numa plenária de encerramento que discutiu, emendou e aprovou uma Agenda Política e um Plano de Lutas.

## Questões candentes

Num clima de intenso envolvimento, as 38 mesas debateram assuntos tão candentes quanto “A Organização de Ensino Privado no Brasil e suas Conseqüências Sociais”, “Reforma Universitária e a Proposta Governamental: o que está em jogo?”, “Educação no Campo – Identidade e Políticas Públicas”, “Concepção de Educação à Distância”, “A Elaboração Democrática de Planos Estaduais e Municipais de Educação”, “Gestão Democrática e Instituições Privadas de Ensino”, “A Mundialização Capitalista e a Mercantilização da Educação”, “Fundações de Apoio Institucional e a Educação Pública”, “Quanto Custa um Ensino de Boa Qualidade?”, “Políticas de Formação de Professores”, “Reforma Trabalhista e Sindical e suas Conseqüências para a Classe Trabalhadora”, entre outros.

Seguindo a tradição inaugurada pela intervenção do FNDEP no processo constituinte (1987-1988), na elaboração da LDB (inclusive propondo seu projeto original) e na construção do Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira (que antecedeu o PNE do governo), o 5º Coned definiu os seus eixos de luta para os próximos anos,

contemplando na Agenda Política, entre outros, os seguintes pontos:

- Defender a educação como um direito social, cujo objetivo é proporcionar a todas as pessoas a humanização e a plena cidadania. Portanto, educação não é mercadoria.

- Exigir controle efetivo sobre a educação privada, como concessão do poder público, regulamentando e fiscalizando seu funcionamento e seu padrão de qualidade.

- Combater a crescente desresponsabilização do Estado pelo financiamento das políticas públicas, em especial na área educacional, defendendo que verbas públicas sejam destinadas somente para as escolas públicas.

- Disseminar a concepção de que a qualidade da educação, fundamentada num projeto emancipador de sociedade, depende, em grande parte, das condições de trabalho dos profissionais da educação, aí incluídos o regime de contratação, a gestão democrática, a valorização salarial, o número de alunos por turma, instalações e equipamentos escolares, disponibilidade de materiais didáticos e a alocação de tempo remunerado para a preparação do trabalho didático-pedagógico e para a formação inicial e continuada.

- Assegurar formação inicial e continuada presencial de qualidade, em todos os níveis e modalidades, com reflexos sobre a progressão na carreira, a ser observada por todos os sistemas de ensino, para todos os trabalhadores e trabalhadoras em educação.

- Lutar pela implementação de propostas de avaliação, com função diagnóstica, formativa e emancipatória, referenciadas socialmente, para o processo de aprimoramento e melhoria das instituições educacionais e dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, em contraposição ao controle e ranqueamento, que vem se instalando.

- Lutar, em nível nacional e internacional, junto a todas as instâncias para impedir a regulamentação da educação como serviço aberto à mercantilização.

- Cobrar, no âmbito dos municípios, o compromisso com a educação pública de qualidade social, dos candidatos a prefeito e a vereador, de acordo com o Anexo do Caderno do 5º Coned.

- Posicionar-se contrariamente à precarização e à flexibilização das relações de trabalho e quaisquer dispositivos de mesmo teor, nos setores público e privado, mobilizando os trabalhadores

para o seu enfrentamento.

- Participar dos processos orçamentários, junto às Câmaras Municipais, às Assembleias Legislativas e ao Congresso Nacional, notadamente os planos plurianuais (PPA), as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) e as leis orçamentárias anuais (LOA), propondo emendas baseadas no Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira.

## Manifesto

O Plano de Lutas aprovado no 5º Coned explicitou com maior detalhe as diretrizes dessa Agenda Política, buscando operacionalizá-la.

Coerente com o mote central, *Educação não é mercadoria*, os participantes aprovaram na plenária final a Carta do 5º Coned, contrapondo-se a toda e qualquer iniciativa que trate a educação como mercadoria. Aprovou-se também a elaboração de um manifesto, a ser definido por consenso na plenária do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, no início de junho próximo.

Todos os documentos que subsidiaram as discussões, assim como os resultados do 5º Coned, estão no site: [www.5Coned.org.br](http://www.5Coned.org.br) à disposição dos interessados.

**Eleições  
para  
Diretoria  
do  
Andes-SN**

O Andes-SN, Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior, do qual a Adusp é seção sindical, é o nosso instrumento privilegiado para conduzir lutas gerais, como foi no caso da Previdência e será nas assim chamadas reformas universitária, sindical e trabalhista. Assim, é muito importante a participação de todos os colegas nas eleições para a diretoria do Andes-SN que serão realizadas nos dias 18 e 19/5. Haverá urnas nas unidades e na sede da Adusp.

**18 e 19/5: eleições para diretoria do Andes-SN e para o CR da Adusp**  
**Não deixe de votar!**